

5.1. Febre do silêncio: o doente de malária nos discursos governamentais e midiáticos do Amazonas nos séculos XIX e XXI.⁶⁹

Andréa Maria Pampolha Arruda

Secretaria Municipal de Saúde de Manaus (Semsu Manaus)
andreaarruda@icloud.com

Inesita Soares de Araujo

Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde (PPGICS),
Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), inesita.araujo@icict.fiocruz.br

Resumo. A malária, doença milenar que afeta milhões de pessoas no mundo, em especial na África subsaariana, sudeste asiático e América do Sul, persiste na região amazônica brasileira desde o final do século XIX como sua principal endemia e um grande problema de saúde pública. Presente na vida e no imaginário popular tem sido objeto frequente dos discursos do Estado e da Imprensa, vozes socialmente autorizadas e com forte poder na construção dos seus sentidos e da realidade simbólica que dá vida e forma à sua existência. Neste estudo, apresentamos como o poder público e os jornais amazonenses significaram o doente da malária e as pessoas em risco de adoecer durante o Ciclo da Borracha (final do século XIX), quando houve uma explosão de casos da doença em função da atividade extrativista de látex, e como o significam no período contemporâneo, quando ainda são registrados entre 100 mil e 200 mil adoecimentos anuais apenas no estado do Amazonas. Os resultados da pesquisa integram a dissertação “Imprensa, Estado e Malária no Amazonas: vozes e sentidos tecidos no tempo”, apresentada em abril de 2015 ao Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde (PPGICS), do Instituto de Comunicação e Informação Tecnológica em Saúde (Icict-Fiocruz). Com o aporte teórico da Semiologia Social e aplicando-se a Análise Social de Discursos como método, foram analisados 47 textos de jornais e documentos oficiais produzidos entre 1898 e 1900 e entre 2005 e 2007. A análise apontou que o doente, aquele que materializa a existência da doença, é um sujeito passivo ou ilustrativo nas cenas discursivas de ambos os períodos, uma voz historicamente silenciada e, por isso, enfraquecida no seu poder de produzir sentidos sobre a malária e suas questões e de interferir na construção social e simbólica da realidade.

⁶⁹ Este artigo foi apresentado e publicado nos Anais do Grupo Temático 5 Comunicação e Saúde do XIII Congresso da Associação Latinoamericana de Pesquisadores em Comunicação (ALAIIC), Ciudad de México-México, 2016.

Palavras-chave: comunicação e Saúde; malária; análise do discurso; Amazonas.

5.1.1 A malária em discurso: inquietações para análise

No final do século XIX, a produção de borracha no Brasil foi aquecida pelas novas necessidades do mercado internacional, atraindo para os seringais amazônicos milhares de migrantes, especialmente nordestinos afetados pela seca. Parte dessa gente, movida pela utopia de dias melhores e mais ricos, chegou ao estado do Amazonas para trabalhar sob condições precárias, em uma floresta onde as elevadas temperaturas, a alta umidade e a fartura das águas favoreciam a transmissão da malária, dentre outros males (Albuquerque; Mutis, 1998). Muitos destes trabalhadores morreram na selva, de solidão e febre, sem jamais ter encontrado a vida próspera e a riqueza que procuravam. Seu trabalho, no entanto, ajudou a gerar recursos até então inimagináveis para a realidade local e a redefinir Manaus como uma “Paris dos Trópicos”, com belas obras e soluções urbanas avançadas, incluindo sistema de bondes elétricos, telefonia e porto flutuante. O trabalho dos seringueiros no interior de recortes florestais ainda virgens também ajudou a elevar a malária a níveis epidêmicos na Amazônia. Entre 1894 e 1914, de acordo com levantamento do médico Alfredo da Matta (Loureiro, 2004), 12 mil pessoas morreram com malária somente na capital, Manaus, o que representa 64% do total de óbitos registrados no período.

Nas décadas seguintes à derrocada da economia do látex, por volta de 1916, a incidência de malária aumentou e diminuiu repetidas vezes, motivada por fatores políticos e sócio-ambientais. Todavia, continuou a provocar prejuízos e cicatrizes na vida do estado, representando, nos dias atuais, uma incômoda e desafiadora realidade: uma espécie de mola espiral sobre a qual é necessária permanente pressão⁷⁰. Em 2013, ocorreram no Amazonas 77,5 mil casos de malária⁷¹, mas na última década as notificações variaram entre 70 mil e 200 mil casos, chegando a 228 mil, em 2005⁷².

Ao longo dos mais de cem anos que separam o Amazonas extrativista do Amazonas industrial - sustentado agora pelo polo produtivo da Zona Franca de Manaus - inúmeras e significativas mudanças ocorreram, com reflexos nas relações sociais, nos discursos leigos e especializados sobre a malária e nos modos de conviver com esta endemia de vida quase sempre superlativa.

⁷⁰ Expressão usada pela secretária de Estado da Saúde, Leny Passos, em 2004, durante avaliação estadual do Programa Nacional de Controle de Malária.

⁷¹ Sivep-Malária. Disponível em <http://portalweb04.saude.gov.br/sivep_malaria/default.asp>. Acesso em 15 de março de 2015.

⁷² Relatório de Gestão da Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas (FVS-AM), 2005. Disponível em <<https://drive.google.com/file/d/0B88O4bmlOVFjTkR3RUV5Y3lxTk/edit>>. Acesso em 15 de março de 2015.

Ao mesmo tempo, foram estabelecidas lutas não apenas para o controle objetivo de uma doença endêmica e recorrentemente epidêmica, mas também para determinar o poder de nomear, classificar e qualificar a malária, um substantivo de muitos nomes (paludismo, impaludismo, febre palustre, maleita, sezão, dentre outros), amplamente manejado nos limites e no reforço de sua condição nefasta (de terrível flagelo a mal secular), materializada na imagem do doente.

5.1.2 Realidades em construção: a produção social dos sentidos

O processo de luta pela hegemonia discursiva envolve interlocutores com diferentes poderes simbólicos (Bourdieu, 1989), não dissociados das estruturas sociais (Fairclough, 2001; Araujo, 2000, 2002). Por isso, Imprensa e Estado ocupam posições discursivas privilegiadas: são campos historicamente legitimados pela sociedade e interferem decididamente nos processos de perpetuação ou reformulação de crenças e valores sociais. A voz do Estado, quando reproduzida ou incorporada pela mídia torna-se duplamente legitimada, amplificando sua força e poder.

Se os diferentes campos da atividade humana estão irremediavelmente comprometidos com a linguagem (Bakhtin, 2011), então é pelo discurso que as disputas pela produção de sentidos ocorrem. É o discurso, aqui entendido como um conjunto de textos articulados e situados no contexto histórico, social e cultural, que, com primazia, constrói e reconfigura realidades simbólicas, sendo, portanto, um “objeto de desejo”, nas palavras clássicas de Foucault (2012, p.10). Campos, instituições e sujeitos usam a palavra e o modo de pronunciar-la em favor de seus pontos de vista e para torná-la hegemônica.

Tomando Foucault como ponto de partida, Fairclough (2001) dá ênfase à relação do discurso com a prática e com a estrutura social, o que significa que a prática discursiva participa da construção das identidades e relações sociais e dos sistemas de conhecimento e crença, por meio de processos repetitivos (que reproduzem e substanciam sentidos e estruturas hegemônicas) ou criativos (que transformam realidades, produzindo mudanças sociais).

O sentido depende de variáveis que se encontram em todas as etapas de sua produção, circulação e consumo, ou seja, em cada função da sua cadeia produtiva, representação apropriada da economia, pela qual diferentes autores (Pinto, 1999, 1994; Verón, 1980; Araujo, 2000, 2002), consideram os fluxos e as etapas dos processos comunicativos. No contexto desta cadeia estão sujeitos, condições, intenções e interações, compondo a dinâmica de um mercado simbólico (Araujo, 2002), onde são processadas as negociações pelo poder de tornar dominantes determinados sentidos.

Nas estratégias de seleção dos discursos, Orlandi (2011) cita o silenciamento (política do silêncio), por meio do qual o dizer de um modo sempre implica na interdição de outros modos possíveis.

Os conceitos de polifonia e dialogismo sustentam o postulado semiológico da Heterogeneidade Enunciativa (Pinto, 1999) o que implica no entendimento da não unicidade do sujeito como autor de um discurso e no reconhecimento de que no texto há múltiplas vozes, convocadas pelo autor empírico de modo intencional ou inconsciente. Estas vozes, ou sujeitos, ocupam diferentes posições na cena discursiva e revelam seu poder maior ou menor de definir a direção dos sentidos.

Os jornais integram o conjunto cada vez mais amplo de dispositivos de comunicação social, servindo de espaço público para uma variedade de discursos, inclusive e muito frequentemente o governamental. Os documentos públicos oficiais, por sua vez, secularmente servem de suporte para a manifestação oficial do poder público e produzem sentidos que os jornais se encarregam de fortalecer ou enfraquecer, numa relação desde sempre complexa e essencial.

Rodrigues (1990) enfatiza o campo midiático como responsável pelos processos de mediação, o que significa que funciona em relação aos objetivos e interesses dos demais campos com os quais mantém relações de cooperação e disputa. Por meio do discurso e seu funcionamento, o campo midiático exerce uma “técnica política de linguagem” (Sodré, 2001), capaz de intervir na consciência humana, requalificar a vida social, estruturar e reestruturar percepções e cognições e estabelecer uma agenda coletiva.

Lugares sociais e de interlocução centrais e periféricos determinam a coexistência de sujeitos com maior ou com menor poder simbólico. Contemporaneamente, como no final do século XIX, os sentidos continuam a ser produzidos na relação do sujeito com a linguagem e, em que pese todos os avanços e promessas de um mundo melhor, com tecnologias teoricamente inclusivas e interativas, as desigualdades continuam a definir quem tem o poder construir realidades sociais e simbólicas.

Este estudo⁷³ teve como aporte teórico a Semiologia Social, ciência que estuda os fenômenos da comunicação como fenômenos de produção de sentidos e, como método, a Análise Social

⁷³ Apresentamos aqui parte dos resultados da pesquisa para a dissertação "Imprensa, Estado e Malária: vozes e sentidos tecidos no tempo", realizada no PPGICS - Programa de Pós-Graduação e Informação e Comunicação em Saúde, cujo

de Discursos (ASD), que se preocupa essencialmente em apontar a maneira como os sentidos são produzidos em determinadas condições sociais, históricas e culturais. Em termos teórico-metodológicos, a proposta foi a de desvelar o "dispositivo de enunciação" (Verón) dos jornais e documentos do *corpus* de análise.

O recorte temporal teve como critério a quantidade de referências à malária nos textos jornalísticos e oficiais publicados durante a fase áurea do Ciclo da Borracha e os períodos (o mais remoto e o mais atual) de maior relevância epidemiológica da doença no Amazonas, o que nos levou aos anos de 1898 a 1900 e de 2005 a 2007, de onde foram extraídos 47 textos publicados nos jornais *Comercio do Amazonas* e *A Federação* (período antigo) e *A Crítica* e *Diário do Amazonas* (período recente) e nos seguintes documentos oficiais dos dois períodos: *Diário Oficial*, Mensagens Governamentais de 1898 e 1900 (em 1899 a malária não foi citada), “Proposta de reestruturação do Programa de Controle da Malária no Estado do Amazonas visando o declínio no número de casos e a sustentabilidade do Programa” (2005), Mensagem Governamental de 2006 e “Plano Plurianual de Prevenção e Controle Integrado da Malária no Estado do Amazonas (2007).

5.1.3 Silenciado ou pressuposto: um sujeito sob o discurso

O doente de malária esteve ausente ou, na condição de sujeito falado, permaneceu em quase sempre em silêncio nos discursos da mídia e do Estado no final do século XIX, ocupando os lugares mais periféricos da cena discursiva⁷⁴ e muitas vezes servindo ao propósito da ilustração, para sustentar enunciados elaborados por outros enunciadoreis, revelando-se na imagem do pobre, do indigente e do excluído.

Em ofício de 1899, por exemplo, o médico Alfredo da Matta⁷⁵ informa sobre a situação da malária em Manaus e manifesta preocupação com os doentes. No texto, o médico os denomina “vítimas” e “indigentes atacados de febres” e estabelece uma relação entre doença e pobreza como condição que se perpetua em um processo cíclico. Seu discurso desvela o sentido de “periferia” associado à malária e seu doente, o que será recorrente tanto no passado quanto na contemporaneidade.

objetivo geral foi analisar como foram produzidos, pela mídia e pelo poder público, os sentidos da malária e suas questões, no final do século XIX e no início do XXI no Amazonas.

⁷⁴Considerando o “lugar de interlocução”, ou seja, o lugar ocupado pelos sujeitos no mercado simbólico, descrito por Araujo, aqui privilegiamos a dimensão discursiva do conceito que, em geral, fica ocultada pela força de sua dimensão relativa à cena social. Estes lugares definem-se no texto a partir do direito à voz, sendo as posições mais centrais ocupadas pelos que enunciam (sujeitos ativos) e as posições mais periféricas, pelos sujeitos falados, com pouca ou nenhuma voz (passivos).

⁷⁵ Matta, 1899, p.1

O então governador do Amazonas José Cardoso Ramalho Junior, na Mensagem Governamental de 1898, também investe o doente com sentidos da pobreza, usando expressões como “indigentes atacados da malária” e “enfermos pobres”, qualificações que os mantêm em uma dupla periferia: a social, pelas condições de vida objetivamente narradas e a discursiva, por seu silêncio e passividade. Estes lugares serão reforçados em inúmeros textos do período, incluindo o relatório do médico Carlos Grey sobre mortalidade por malária no Instituto Benjamin Constant⁷⁶. No discurso de Gray, as internas representam a imagem dos doentes, sendo vítimas não apenas da doença, mas da pobreza. Algumas seriam como “planta nascida em terreno exausto, fora da influência benéfica do sol e dos carinhos do agricultor”, nas quais se vê “a decadência da raça”, provocada pelo “nascimento no seio da miséria”. Outras “têm os estigmas do impaludismo”⁷⁷, estando “depauperadas pelas condições de seu nascimento e pela vida miserável da primeira infância”. As expressões as (des)qualificam triplamente como órfãs, racialmente degeneradas e doentes.

Ainda como exemplo de qualificação negativa do doente, o relatório de 1900⁷⁸, do médico Domingos Pinheiro, refere-se a uma “sombria trindade patogênica”⁷⁹ ou “grande mal amazônico” que afetaria os habitantes do interior do Estado, qualificados como “população laboriosa e ordeira”, mas em estado de “penúria”, de “miséria fisiológica inconfessável” e com “vícios de toda sorte”. Neste contexto, o autor inclui os indígenas, como raramente se fez: “De feito, mergulhados na estupidez selvagem de um barbarismo medieval, em absoluto inconciliável com os elementares preceitos de civilização e de progresso [...], convictos na prática do sentimentalismo bruto e cego fundamentado nos encantos inocentes de uma fonte inesgotável de lendas [...], os indígenas [...] foram dos que mais baquearam nesta horrorosa hecatombe”.

Em apenas um dos espaços discursivos analisados - o obituário - o doente foi revelado com nome, sobrenome, idade e naturalidade, sendo este o caso de “Francisca Aprígia da Silva, filha de Manoel Aprigio do Carmo, 50 anos, amazonense, solteira, vítima de malária”⁸⁰.

⁷⁶ Grey, 1899, p.1; Idem, 1899b.

⁷⁷ Estigmas neste caso indicam os sinais de cronicidade da doença, como se depreende deste e de outros textos do período, e não marcas discriminatórias.

⁷⁸ Pinheiro, 1900, p.1.

⁷⁹ Expressão que se refere a malária, alcoolismo e beriberi, na visão do autor “três estados mórbidos de suma gravidade pelas formas e modalidades as mais caprichosas e bizarras, que associadas complicariam o “horroroso cenário patológico da região”.

⁸⁰ Obituário, 1900, p.2; idem, 1899, p.2. Este gênero de publicação não integra o *corpus* analítico, como mencionado no capítulo anterior, servindo apenas para contextualizações e exemplos.

A dupla periferia que situou social e discursivamente os doentes do século XIX mantém-se evidente no século XXI. Aqui, revela-se ainda sua condição de sujeito pressuposto - aquele que se imagina diante de palavras e referências (casas, habitações, registros, notificações, casos, malária) cuja realidade somente na sua existência pode se consumir. Em textos como “Estado investe para reduzir em 15% casos de malária”⁸¹, de julho de 2005, doença e o doente são representados quase exclusivamente pela via numérica, trazendo à luz um sujeito despersonalizado, integrante do que o editorial da mesma edição classificou como um “amontoado de números”.

Este dispositivo de enunciação marca igualmente o discurso oficial. Na Mensagem Governamental de 2006, por exemplo, nenhuma vez o doente real ou potencial é mencionado de maneira direta, permanecendo subjacente em “casos” da doença.

Na contemporaneidade também se observa o doente como um sujeito implícito em expressões como “comunidades”, “moradores”, “população”. Esta coletividade, quase sempre ilustrativa, eventualmente é convocada para sustentar ou contestar enunciados, o que vai ocorrer mesmo quando o doente é referido pelo nome, local de moradia e idade. Em “Combate à malária será intensificado na cidade”⁸², por exemplo, as narrativas de duas personagens ilustram o aumento de casos da doença, além de reforçar os sentidos de sofrimento, dor e morte, comuns nos textos de ambos os períodos, com enunciados do tipo “sofrendo há uma semana”, “pensei que ia morrer”, “a dor era tanta que não conseguia nem pensar”.

Este sentido de periferia emerge também da referência explícita a doentes “ricos” e “pobres”, na matéria “Surto de malária no Tarumã e Puraquequara”⁸³, onde o autor os une pela doença, mas demarca diferenças, sinalizando para a maior vulnerabilidade dos segundos: “os sintomas da doença vão continuar cada vez mais fortes, sobretudo nas populações da periferia”. O discurso posiciona a população no lugar social da vítima e reforça a imagem da malária como doença da periferia social. A utilização do termo ‘periferia’ traduz uma situação real: a maioria dos doentes vive em bairros da periferia da cidade porque nestes locais um conjunto de fatores sociais e ambientais favorece a transmissão da malária. A expressão, no entanto, traz para o texto, sentido que vai além do espaço geográfico. Periferia é um pré-construído, indicador de pobreza e exclusão, aqui situando o doente em um espaço real e simbólico afastado do centro, onde concentra-se o maior poder de falar e ser ouvido.

⁸¹ Lima, 2005, p. A11.

⁸² Silveira, 2006, p. C1.

⁸³ Ximenes, 2006, p. A9

O doente do interior do Amazonas (ocupante da periferia do Estado nos aspectos sociais, políticos e econômicos), desvela-se ainda mais periférico, o que pode ser observado em textos como “Malária diminui no AM”⁸⁴, onde o repórter diz que “há [...] zonas de altíssimo risco no interior, onde a população está exposta à malária de uma maneira primitiva”.

Os indígenas, que no contexto dos programas de controle da malária pertencem a uma categoria especial da população, raramente aparecem nos discursos do século XXI, repetindo o ocorria no passado. No Plano de 2007⁸⁵, surgem na imagem de grupo vulnerável à doença, estando apenas pressupostos em expressões como “áreas indígenas”, citada várias vezes e em enunciados relativos aos objetivos específicos do Plano (“fomentar integração entre Funasa e Secretarias Municipais de Saúde para a realização de ações de prevenção e controle da malária em áreas indígenas”), assim como na indicação da necessidade de “reduzir os percentuais da malária em áreas indígenas e em áreas dos assentamentos” ou nos critérios de prioridade de ação (“municípios com alta incidência de malária indígena”).

5.1.4 Periferia discursiva: o lugar do doente

A análise dos discursos antigos e contemporâneos sobre a malária no Amazonas mostra que o doente ou a pessoa exposta ao risco de adoecer é um sujeito eventualmente convocado para fortalecer os discursos da Imprensa e do Estado, mas, na maioria das vezes, silenciado e situado na periferia da cena discursiva, sendo poucas vezes nomeado e qualificado.

No século XIX, o doente representou um Eu coletivo e necessitado, em nome de quem a mídia fez reivindicações. Foi, ao mesmo tempo, aquele em nome do qual o Estado justificou suas ações e promessas.

Na fase contemporânea, é evidente a distribuição desigual dos lugares de interlocução nos discursos sobre a malária, onde prevalecem as vozes oficiais. De modo geral, a mídia situa o doente, um sujeito meramente ilustrativo, como beneficiário da ação governamental e, paralelamente, busca na população a legitimação do seu discurso de oposição ao poder público. Para isso, maneja personagens, construídos em imagens e narrativas que privilegiaram episódios recorrentes de adoecimento e relatos de sofrimento, a fim de apoiar enunciados de sentidos previamente determinados.

Nos dois períodos estudados, tanto nos textos jornalísticos quanto nos documentos oficiais, o doente é essencialmente investido da imagem dos desfavorecidos sociais - além de doentes,

⁸⁴ Idem.

⁸⁵ Amazonas, 2007

são pobres, indigentes, excluídos, socialmente periféricos, raramente figuram como fonte principal da notícia e poucas vezes são revelados com nome e sobrenome.

O poder do doente na cena discursiva reflete seu poder na cena social, estando a perpetuação de um sob a influência do outro. O rompimento do silêncio, da invisibilidade e da exclusão (que se mostra crônica), como, no mais, qualquer mudança social operada pelas vias do discurso, dependeria, como ensina Fairclough, de recorrentes fugas das práticas hegemônicas, um movimento que no tempo e no espaço observados, não nos foi possível identificar.

Os modos usados pela Imprensa e pelo Estado para indicar - ou pressupor - a existência do doente e dos que vivem sob o risco de adoecer de malária são indicadores do lugar social e discursivo que ocupam. Passivos e silenciados, estes sujeitos, há mais de cem anos, permanecem no mesmo lugar: na periferia da cena discursiva. Esta condição indica sua força reduzida na cena social e seu baixo poder de participar de decisões políticas e operacionais e de produzir sentidos sobre a malária, cuja realidade, paradoxalmente, só se consuma na sua existência.

REFERÊNCIAS

Albuquerque, B. y Mutis, M. (1998). A malária no Amazonas. En Rojas, L., Toledo, L. *Espaço & Doença: um olhar sobre o Amazonas*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

Araujo, I. S. (2000). *A Reversão do Olhar*. São Leopoldo: Editora Unisinos.

Araujo, I. S. (2002). *Mercado simbólico: interlocução, luta, poder*. Um modelo de comunicação para políticas públicas (Tese de doutoramento). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Araujo, I. S., Cardoso, J. (2007). *Comunicação e saúde*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

Bakhtin, M. (2011). *Estética da Criação verbal*. Prefácio à edição francesa Tzvetan Todorov; introdução e tradução de Paulo Bezerra. 6a. Edição. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.

Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico*. Lisboa: Difel.

Bourdieu, P. (1997). *Sobre a televisão*, seguido de *A influência do jornalismo e Os jogos Olímpicos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

Fairclough, N. (2001). *Discurso e mudança social*. Tradução Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

Foucault, M. (2012). *A Ordem do Discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 22a. edição. São Paulo: Edições Loyola.

Loureiro, A. (2004). *História da medicina e das doenças no Amazonas*. Manaus: Gráfica Lorena.

Orlandi, E. P. (2011). *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 6a. Edição. Campinas, SP: Pontes Editores.

Pinto, M. J. (1999). *Comunicação e discurso: introdução à análise de discursos*. São Paulo: Hacker Editores.

Pinto, M. J. (1999). *As marcas linguísticas da enunciação: esboço de uma gramática enunciativa do português*. Rio de Janeiro: Numen, 1994.

Rodrigues, A. D. (1990). *Estratégias da Comunicação*. Lisboa: Editorial Presença.

Rodrigues, A. D. (1999). *Experiência, modernidade e campo dos media*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.

Sodré, M. (2012). *Antropológica do Espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede*. 7a. edição. Petrópolis, RJ: Vozes.

Verón, E. (1980). *A produção do Sentido*. São Paulo: Cultrix/USP.

Verón, E. (2004). *Fragments de um tecido*. São Leopoldo: Editora Unisinos.

BOLETINS E PUBLICAÇÕES INSTITUCIONAIS

Amazonas (2007). Governo do Amazonas, Fundação de Vigilância em Saúde, Plano Plurianual de prevenção e controle integrado da malária no Estado do Amazonas, julho/2007 a dezembro/2010. Manaus.

Ramalho, J. C. (1898). Mensagem do Exmo. Sr. José Cardoso Ramalho Junior, vice-governador do Estado: lida perante o Congresso dos Representantes, por ocasião da abertura da primeira sessão ordinária da terceira legislatura, em 10 de julho de 1898. Imprensa Oficial.

Jornais, C. (1899). Benjamin Constant: o relatório médico. *Commercio do Amazonas*, Manaus, 3 a 5 jan.

Lima, V. (2005). Estado investe para reduzir em 15% casos de malária. *Diário do Amazonas*, Manaus, 7 jul.

Matta, A. A. (1899). s/t. *Diario Oficial*, Manaus, 24 set.

Obituário(1900). *A Federação*, Manaus, 6 mai.

Pinheiro, D. (1900). Relatório apresentado à Inspeção de Higiene. *A Federação*, Manaus, 15 a 30 set.

Silveira, C. (2005). Combate à malária será intensificado na cidade. *A Crítica*, Manaus, 19 jan.

Silveira, C. (2005). Operação de guerra contra malária nas ruas de Manaus. *A Crítica*, Manaus, 31 ago.

Silveira, C. (2005). Surto de malária sem controle. *A Crítica*, Manaus, 21 ago.

Ximenes, A. (2006). Surtos de malária no Tarumã e Puraquequara. *A Crítica*, Manaus, 27 mar.

AGRADECIMENTOS

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam), pela bolsa de estudos que viabilizou a pesquisa.